

BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL; RESULTADOS DE UM LEVANTAMENTO REALIZADO DURANTE 1982 e 1983*

STEPHEN PARKER

LDC — Library Development Consultants

10 Circus Mews

Bath BA1 2PW

England

Apresenta resultados de um levantamento que objetivou identificar a situação das bibliotecas públicas, mantidas por concelhos municipais, no Portugal continental.

Analisa questões sobre organização e administração, acervos, mão-de-obra, acomodações e equipamento, finanças, processos técnicos, acesso ao conteúdo e seus instrumentos, classificação, catalogação e serviços das bibliotecas.

Conclui que a situação atual das bibliotecas em alguns municípios está longe do ideal, não permitindo, ainda, a formação de um serviço nacional de bibliotecas públicas.

As recomendações incluem, entre outras, a identificação de bibliotecas públicas com bom potencial de desenvolvimento, que possam vir a ser projetos-piloto que, com o suporte do governo central e das autoridades locais, poderiam prover a base para o desenvolvimento de uma moderna rede de bibliotecas públicas para o país.

1. INTRODUÇÃO

O levantamento descrito neste relatório foi realizado durante os anos de 1982 e 1983, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), com a assessoria da Library Development Consultants Interna-

* Tradução de Mary Lynn K. Teixeira da Motta (aluna do Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília); revisão de Rodolfo Tsupal (Professor do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília).

tional e sob o patrocínio do Instituto Português de Patrimônio Cultural (IPPC). Foi o primeiro de uma série de levantamentos realizados dentro de um esquema amplo, planejado para fins de um inventário nacional completo sobre os recursos de informação em Portugal. Representa um estudo preliminar que servirá para o planejamento de serviços de biblioteca e de informação. Objetivou este levantamento, entre outras coisas, fornecer uma base para a identificação de um pequeno número de bibliotecas públicas para posterior pesquisa e identificação das várias situações, para elaboração de projetos-piloto para desenvolvimento de bibliotecas.

1.1 — Esfera de ação e alcance do levantamento

O levantamento limitou-se a bibliotecas públicas mantidas pelos concelhos municipais no Portugal continental. Bibliotecas públicas nos Açores, Madeira e Macau e bibliotecas no Portugal continental mantidas pelas autoridades locais abaixo do nível de concelho, i.e., as freguesias e as paróquias, não foram incluídas. Concelhos distritais, a nível de governo local, logo acima do nível dos concelhos, não são autoridades bibliotecárias. Algumas aldeias que são sedes distritais abrigam bibliotecas e arquivos distritais que são mantidos pelo IPPC. Estas foram também excluídas do levantamento, porque os seus objetivos, a sua administração e os seus fundos são completamente separados dos das bibliotecas públicas municipais.

A Fundação Gulbenkian, que é uma fundação filantrópica privada, estabelecida em 1956 pelo milionário do petróleo Calouste Gulbenkian, dedica-se ao bem-estar social e ao apoio às artes, educação e ciência. A Fundação mantém uma rede extensa de bibliotecas fixas e itinerantes que servem ao público em geral em muitas partes de Portugal. De uma maneira geral, a Fundação fornece livros e material de consumo para as bibliotecas e estabelece as regras para a sua operação, enquanto que a prefeitura local fornece as acomodações para a biblioteca e pessoal. Em muitos concelhos, a biblioteca da Gulbenkian é a única biblioteca pública; em outros, existe também uma biblioteca municipal. Em alguns casos, ambas as bibliotecas alojam-se no mesmo prédio, às vezes até na mesma sala, mas são administradas separadamente; em outros casos, seus acervos e serviços estão tão completamente integrados que é impossível diferenciá-los num levantamento geral como este. Embora dados relacionados a um bom número de bibliotecas da Gulbenkian nas três categorias tenham sido coletados no decurso deste levantamento, não foi possível levantar todos os dados, nem pesquisar o serviço das bibliotecas da Gulbenkian como um todo. Tanto quanto possível, esses dados têm aqui sido excluídos de consideração. Fica claro que levantamentos complementares, tanto dos sistemas de bibliotecas da Gulbenkian quanto do IPPC, serão necessários para se obter um panorama mais completo da provisão de bibliotecas públicas em Portugal.

Por isto, uma base de dados foi projetada, a fim de abrigar os resultados, oferecendo assim elementos para as futuras pesquisas.

2. METODOLOGIA

Uma carta preliminar, complementada, quando necessário, por outra, pedindo esclarecimentos, foi enviada a todos os 275 concelhos no Portugal continental. A carta perguntava se os concelhos mantinham ou não uma biblioteca pública. Se a resposta era positiva, indagava-se quanto a seu funcionamento. Os concelhos que possuíam bibliotecas que não estavam operando por ocasião da pesquisa foram questionados se pretendiam reabri-las ou não em futuro próximo. Os concelhos que não possuíam bibliotecas foram questionados sobre as intenções de abrir uma biblioteca.

Um questionário em duas partes foi preparado para o levantamento de dados sobre as bibliotecas em funcionamento. A **Parte A** foi completada durante visita pessoal, a cada biblioteca, por um pesquisador escolhido pela BAD. A **Parte B** foi mandada pelo correio, para ser completada antes da entrevista, durante a qual seria verificada e, se fosse necessário, corrigida pelo pesquisador. Pedidos de esclarecimentos foram feitos, quando necessários, para dirimir dúvidas.

Inicialmente pretendeu-se processar os dados em Portugal, mas problemas locais levaram à decisão de fazê-lo na Inglaterra, no Centro de Processamento de Dados da Universidade de Sheffield, utilizando o Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS). Um relatório preliminar, no qual este artigo se baseia, foi submetido ao IPPC em setembro de 1983.

3. A EXTENSÃO DA PROVISÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Respostas à pesquisa preliminar foram recebidas de 265 concelhos — uma taxa de resposta superior a 96%. As respostas indicaram que 81 concelhos possuíam bibliotecas em funcionamento, e todas foram visitadas por entrevistadores selecionados pela BAD. Devido a razões diversas não foi possível obter dados completos em todos os casos. Ambas as partes do questionário foram completadas quanto a 65 bibliotecas, ou 80% do total levantado; apenas a **Parte A** por 13 outras bibliotecas (16%), e a **Parte B** por uma biblioteca. Pesquisas subseqüentes esclareceram que somente dois dos dez concelhos que não responderam ao pedido preliminar mantinham, de fato, bibliotecas em funcionamento, o que indica que havia um total de 83 bibliotecas ativas, das quais 81, ou 98%, foram abrangidas completa ou parcialmente pelo levantamento.

Pesquisas subseqüentes também possibilitaram estabelecer quais dos 10 concelhos que não responderam tinham bibliotecas fechadas ou que não tinham bibliotecas, e quais eram as intenções relativamente à abertura ou reabertura de bibliotecas no futuro. Desta forma, foi possível obter uma imagem completa da si-

tuação das bibliotecas municipais no Portugal continental, situação que está resumida na tabela 1.

TABELA 1 — Bibliotecas municipais no Portugal continental, em 1983.

Futuras Intenções	Sem Biblioteca		Biblioteca Fechada		Biblioteca Operando		Totais	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Abrir ou reabrir	26	16	22	71	s/r	—	48	17
Não abrir ou reabrir	135	84	9	29	s/r	—	144	52
Continuar operando	s/n	—	s/n	—	83	100	83	30
TOTAIS	161	100	31	100	83	100	275	100
%	59		11		30		100	

A tabela 1 mostra que havia quase o dobro de concelhos sem bibliotecas em relação aos concelhos com bibliotecas em funcionamento, e que havia uma alta proporção de concelhos sem biblioteca que não pretendem abrir uma em futuro próximo. Isto contrasta nitidamente com os concelhos com bibliotecas que não funcionavam, dos quais mais de dois terços pretendem reabrir no futuro. Uma comparação desses números com os registros do serviço bibliotecário da Fundação Gulbenkian mostra que dos 161 concelhos sem bibliotecas municipais, 87, ou seja, 54%, também não possuíam bibliotecas. Destes, 22% pretendiam abrir bibliotecas no futuro, e somente 9% dos concelhos tinham uma biblioteca da Fundação Gulbenkian. Isto pode indicar que muitos destes últimos concelhos consideram como adequados os serviços das bibliotecas da Gulbenkian, e enfatizam a necessidade de um estudo rigoroso sobre o papel e as funções da Fundação. Embora os 83 concelhos que possuíam bibliotecas em funcionamento constituam somente 30% do total dos concelhos no Portugal continental, eles representam 59% da população total, como se vê pela tabela 2. Uma comparação com os registros da Gulbenkian mostra que mais de 1.5 milhões de pessoas moram em áreas que também não têm bibliotecas da Gulbenkian — e destas, mais de 1 milhão moram sob a jurisdição de concelhos que não pretendem abrir ou reabrir bibliotecas em futuro próximo.

Uma comparação entre os dados das tabelas 1 e 2 sugere que concelhos sem bibliotecas em operação são, de modo geral, inferiores em número, comparados aos concelhos que as têm. A tabela 3 confirma isto, mostrando que a população média dos 83 concelhos com bibliotecas operacionais é de 67.000 habitantes, enquanto a dos concelhos sem biblioteca é de apenas 18.000. Embora estes dados sugiram que sejam as localidades menores que têm a maior dificuldade em estabelecer e manter um serviço de biblioteca pública, há também uma quantidade

TABELA 2 — Distribuição da população e provisões de bibliotecas municipais no Portugal continental, em 1983. (000's)

POSIÇÃO PRESENTE								
Intenções Futuras	Sem Biblioteca População	%	Biblioteca fechada População	%	Biblioteca operando População	%	Total População	%
Abrir ou reabrir	368	13	689	80	s/r	—	1.057	11
Não abrir ou reabrir	2.550	87	167	20	s/n	—	2.717	29
Continuar operando	s/n	—	s/r	—	5.532	100	5.532	59
TOTAIS	2.918	100	856	100	5.532	100	9.306	100

O censo de 1980 dá como total populacional do Portugal continental 9.294.200 pessoas. A discrepância nos totais é devida a arredondamentos.

TABELA 3 — População média e posição de bibliotecas municipais no Portugal continental, em 1983. (000's)

Futura intenção	População Média em 000's de Concelhos			Todos os concelhos População média (000's)
	Sem biblioteca	biblioteca fechada	Biblioteca operando	
Abrir ou reabrir	14	31	s/r	22
Não abrir ou reabrir	19	19	s/r	19
Continuar operando	s/r	s/r	67	67

de cidades e localidades maiores que estão sem bibliotecas; por outro lado, 70% dos concelhos com bibliotecas têm uma população abaixo da média do seu grupo.

Muitas bibliotecas já existiam há muito tempo. A biblioteca mais antiga encontrada no levantamento foi estabelecida em 1722; 33% foram estabelecidas antes de 1930, e mais de 50% antes de 1950. Todavia, parece que recentemente houve um incremento no ritmo de estabelecimento de novas bibliotecas. Enquanto apenas 7 bibliotecas novas se abriram nos anos 50 e apenas cinco nos anos 60, 11 bibliotecas foram inauguradas nos anos 70, e 10 nos anos 80. Se esta taxa refletir uma percepção crescente, por parte das autoridades municipais, da importância das bibliotecas públicas, como parece possível, então o período atual parece opor-

tuno para delinear meios e recursos para estimular esse interesse e para promover o desenvolvimento de bibliotecas públicas.

Por enquanto, o levantamento mostrou que menos de 42% dos 65 concelhos que responderam sobre este tópico já tinham projetos de desenvolvimento de bibliotecas, e que apenas metade dos concelhos restantes pretende preparar tais projetos em futuro próximo.

3.1 – Organização e Administração

Atualmente não há legislação nacional específica sobre bibliotecas públicas em Portugal. O levantamento mostrou que mais de 70% das bibliotecas municipais funcionam sem o apoio de estatutos locais e sem regulamentos. Apenas cinco bibliotecas eram controladas por comissões municipais de bibliotecas; mais de 90% estavam sob a responsabilidade de um vereador, na maior parte dos casos o Vereador da Cultura, que normalmente já tem outras responsabilidades além da biblioteca pública. Apenas sete bibliotecas eram dirigidas por bibliotecários diplomados e apenas cinco afirmavam ser bibliotecas centrais, contando com bibliotecas setoriais. Destas, três tinham bibliotecas setoriais, uma tinha duas, e outra, a Biblioteca Pública de Lisboa, tinha dezesseis. Dos concelhos que responderam a este tópico, aproximadamente a quarta parte respondeu que a biblioteca pública era responsável pela manutenção dos arquivos municipais. Em alguns municípios esses arquivos contêm documentação histórica, pouco conhecida e com alto valor cultural e de importância nacional.

O levantamento colocou uma série de perguntas que pretendiam estabelecer o grau de cooperação das bibliotecas municipais com outras bibliotecas, especialmente num mesmo local. As respostas indicaram que apenas 11 bibliotecas (15% das respondentes) forneciam serviços ou prestavam assistência a outras, na região. Uma recebia assistência de outras da área, e apenas 13 (17% das respondentes) mantinham contato de qualquer natureza com outras bibliotecas da sua região. Nenhuma das 73 bibliotecas que responderam ao tópico participava de catálogo coletivo de qualquer espécie. Embora sabendo-se que a Fundação Gulbenkian possui bibliotecas em 35 concelhos que contam com bibliotecas municipais em funcionamento, apenas 25 desses concelhos comunicaram a existência de uma biblioteca da Gulbenkian na área. Em 16 casos, duas bibliotecas partilhavam o mesmo prédio, enquanto que 9 haviam estabelecido acordos práticos de trabalho. Menos de 23% dos respondentes sobre esse assunto comunicaram que a sua biblioteca estava afiliada a qualquer associação bibliotecária, nacional ou internacional, ou a qualquer serviço de informação; destas, todas estavam afiliadas à BAD.

A maior parte das bibliotecas municipais em Portugal parece funcionar isoladamente, fornecendo serviços de um único ponto central e fazendo pouco ou nada para apoiar, ou mesmo contactar outras bibliotecas da mesma área municipal.

3.2 — Acervos de bibliotecas

O levantamento pediu detalhes dos acervos para vários tipos de materiais. Enquanto que todas as bibliotecas que responderam sobre este tópico possuíam acervos de livros, muitas não tinham outros tipos de materiais. Quase 42% dos respondentes não possuíam periódicos encadernados, 68% não possuíam relatórios, 51% não possuíam manuscritos, 95% não possuíam gravações, 99% não possuíam filmes, e 91% não possuíam nenhuma outra espécie de material que não livros. Das 66 bibliotecas que forneceram informações sobre os acervos completos, três tinham menos de 1.000 itens em estoque, e uma tinha menos de 200 itens. Mais do que a quarta parte tinham menos de 5.000 itens em estoque, metade tinha menos de 10.000 itens e quase três-terços tinham menos de 20.000 itens. O acervo total, em todas as bibliotecas respondentes, foi de 1.726.380 itens, e o acervo médio de 26.157 itens. Pode-se concluir, então, que a soma dos acervos completos de todas as 83 bibliotecas municipais no Portugal continental é de cerca de 2.171.000 itens. Quase 94% das bibliotecas respondentes circularam menos do que dois itens por indivíduo da população, norma geral satisfatória de acordo com a IFLA (Standards for Public Libraries: Normas para Bibliotecas Públicas, publicado em 1977). Calcula-se que o nível geral de provisão em todas as 83 bibliotecas municipais é ligeiramente inferior a 0,4 itens por indivíduo da população, cerca de 20% da norma indicada pela IFLA.

Em relação à provisão de periódicos correntes e jornais, a situação está igualmente insatisfatória. Quatorze por cento das bibliotecas respondentes não recebiam nenhum periódico corrente, e 11% não recebiam nenhum jornal. Apenas 12% recebiam mais de 100 periódicos correntes, e apenas 2% recebiam mais de 100 jornais.

Se os acervos existentes são inadequados, os dados em relação às aquisições mostram que pouco está sendo feito para melhorá-los. Seis por cento das bibliotecas respondentes não adquirem nenhum material novo por ano, 30% adquirem menos de 100 itens por ano, e 78% menos de 1.000 itens. Apenas 22% adquirem, em média, mais de 1.000 itens por ano. Sessenta e dois por cento das bibliotecas respondentes adquirem, em média, menos de 10 itens por 1.000 pessoas da população, por ano; 90% adquirem menos de 100 itens por 1.000 pessoas, e apenas 10% adquirem mais do que isto.

O levantamento divulgou variações consideráveis nos encargos de trabalho entre as bibliotecas respondentes, variando de menos de 20 itens por funcionário, por ano, em uma biblioteca, e entre 4 e 5.000 itens por funcionário, por ano, em outra.

Dois terços das 44 bibliotecas informaram que não houve descarte ou perda de livros no ano anterior, enquanto que dois terços das bibliotecas restantes informaram que houve, entre descarte e extravio, menos de 100 itens.

Estes dados mostram uma imagem geral de acervos principalmente estáticos, raramente enriquecidos pelo acréscimo de material novo, e de acervos que consis-

tem sobretudo em livros e que fazem um esforço muito limitado para fornecer informação corrente em forma de periódicos e jornais.

Que uma situação como esta prevaleça num país como Portugal, com suas ricas tradições históricas, agora iniciando uma política de entrada na Comunidade Econômica Européia, e já tendo passado por uma transição para governo democrático, é claramente incompatível. Os fatores básicos para a mudança social, política e econômica necessitam de um eleitorado alfabetizado e informado; e uma provisão rica de bibliotecas públicas é geralmente considerada, nas outras democracias do Ocidente, como uma base essencial para o desenvolvimento.

3.3 – Potencial Humano

Um total de 374 funcionários de todas as categorias estava empregado nas 70 bibliotecas do levantamento, com uma média de 5,3 pessoas por biblioteca. Se se exclui de consideração a Biblioteca Pública de Lisboa, que emprega um total de 100 pessoas, a média para as 69 bibliotecas restantes fica reduzida a uma equipe de quatro pessoas para cada biblioteca. O total para todas as 83 bibliotecas municipais no Portugal continental (incluindo a Biblioteca Pública de Lisboa) podia ser calculado em cerca de 428 pessoas lotadas em todas as categorias.

Dezenove das bibliotecas respondentes empregavam apenas uma pessoa; 65 bibliotecas, abrangendo 93% das respondentes, empregavam menos de dez pessoas por biblioteca. O pessoal de horário integral representou 93% do total, e o pessoal de meio-expediente os sete por cento restantes. Cinco bibliotecas não tinham nenhum funcionário de horário integral, e cerca de 21% dos funcionários arrolados eram trabalhadores manuais.

Com base nestes dados, o número total de funcionários, excetuando os de trabalho manual, empregados em todas as 83 bibliotecas municipais, pode ser calculado em cerca de 338, o que equivaleria a um membro da equipe bibliotecária por 16.366 membros da população servida. Isto é oito vezes abaixo do padrão da IFLA, quanto ao número de pessoal técnico servindo a uma população de 2.000 bibliotecas. Apenas oito bibliotecas empregavam bibliotecários diplomados, e em apenas cinco casos havia um bibliotecário diplomado encarregado da biblioteca. Seis bibliotecas empregavam um bibliotecário diplomado, uma biblioteca empregava dois, e a Biblioteca Pública de Lisboa empregava nove. Um total de 17 bibliotecários diplomados estava empregado nas 70 bibliotecas respondentes — menos de 6% do total do pessoal técnico. Parece, portanto, improvável que haja mais do que 20 bibliotecários diplomados empregados em todas as 83 bibliotecas municipais em operação. Pessoal diplomado sem qualificações de bibliotecários estava empregado em 14 bibliotecas e contava menos do que cinco por cento de todo o pessoal qualificado. Pessoal não-diplomado, mas com certificados de técnico bibliotecário concedidos pela BAD, estava empregado em 16 bibliotecas e contava 17% do pessoal responsável por serviços técnicos. O restante do pessoal responsá-

vel por serviços técnicos consistia em assistentes bibliotecários, sem certificados reconhecidos, e em pessoal administrativo. Metade do total dos bibliotecários diplomados e técnicos com certificados da BAD, i.e., metade de todo o pessoal com algum treinamento formal em biblioteconomia — estava empregada na Biblioteca Pública de Lisboa.

Estes fatos salientam a necessidade urgente de uma expansão da educação profissional. A criação recente de um curso novo na Universidade de Lisboa, que tem um roteiro em comum com a Universidade de Coimbra, é um passo importante para a frente. Contudo, se os serviços de bibliotecas públicas se ampliarem, a demanda do mercado de trabalho pode esgotar rapidamente a provisão corrente dos institutos educacionais.

3.4 — Acomodação e equipamento

Apenas 15 das 60 bibliotecas respondentes ocupam prédios especialmente destinados a biblioteca; as outras partilham seus edifícios com outros serviços. O item de equipamento mais citado foi a máquina de escrever, mas mesmo para esse item, 19% das bibliotecas responderam negativamente. Apenas 32% possuíam máquinas de tirar fotocópias, e apenas 27% possuíam uma máquina copiadora por estêncil. Nenhuma biblioteca respondeu positivamente sobre ter uma máquina de leitura ou impressão de microformas, ou de ter um computador. A quantidade de bibliotecas que possuíam outros tipos de equipamentos, inclusive carros e máquinas fotográficas, foi muito pequena.

3.5 — Finanças

Muitas das bibliotecas respondentes não conseguiram fornecer informações precisas sobre as finanças, talvez devido ao fato de apenas 34% das respondentes terem as suas próprias verbas, mantendo os seus registros de gastos. Na maior parte dos casos, admite-se que o orçamento da biblioteca faça parte integral do orçamento do concelho como um todo. Oitenta e quatro por cento das respondentes divulgaram que o concelho era a única fonte financeira. Tendo em mente que algumas das respostas não poderiam ser precisas, pode-se inferir que o gasto total das bibliotecas públicas municipais no Portugal continental, em 1982, foi de cerca de 171 milhões de escudos (cerca de £100.000, ou cerca de US\$ 155.000), e cerca de 20% do total foram utilizados pela Biblioteca Pública de Lisboa. O gasto médio por indivíduo foi de cerca de 31 escudos (cerca de £ 0,18 ou US\$ 0,28). Mais de 98% das bibliotecas respondentes estavam abaixo da média calculada. Os gastos com pessoal somaram 66% do total, e os gastos com materiais informacionais atingem a 10%. Os 24% restantes foram destinados a despesas de equipamento e gastos correntes. Não foi possível distinguir entre gastos de capital e despesas correntes, porém, pressupõe-se que a maior parte dos gastos registrados eram de natureza corrente.

3.6 — Processos técnicos

O levantamento se preocupou mais com um aspecto dos processos técnicos (aquisição) do que com os processos de catalogação e classificação, que são descritos no item **Acesso**. Das 77 bibliotecas que responderam sobre o processo de aquisição, 71 mantinham registros de aquisição para livros, enquanto apenas 35, ou 45% dos respondentes, mantinham tais registros para periódicos correntes. Enquanto 51 bibliotecas informaram que recebiam periódicos correntes, 16 dessas bibliotecas não mantinham nenhum registro do material recebido. Das 35 bibliotecas que mantinham, de fato, registros dos periódicos, 12 utilizam fichários verticais, 11 utilizam um registro em forma de livro, 11 usavam um índice e 1 usava mais de um tipo de registro. As três formas principais de registro são igualmente populares.

3.7 — Acesso

Os aspectos do acesso às bibliotecas e seus conteúdos, tratados neste levantamento, foram: classificação por assunto, catálogos de biblioteca e outras espécies de guias de acesso ao conteúdo dos acervos. Aspectos tais como horários de funcionamento, restrições ao uso da biblioteca e multas ou taxas impostas aos usuários não foram pesquisados.

3.8 — Classificação

Das 56 bibliotecas que forneceram informação sobre este item, 53, ou 95%, usavam algum tipo de classificação por assunto ou outro arranjo ordenado. A Classificação Decimal Universal (CDU), que é o sistema de classificação mais usado entre as bibliotecas de Portugal, era utilizado por 38% das respondentes, enquanto que 34% usavam sistemas de classificação e de assunto desenvolvidos localmente, e 13% empregavam métodos baseados na utilização de números de acesso.

3.9 — Catálogos

Das 76 bibliotecas respondentes, 12, ou 16%, não tinham nenhum catálogo dos seus acervos. O levantamento revelou que 92% dos catálogos que de fato existiam apresentavam-se em formato de ficha, e o restante numa variedade de outros formatos. Todas as bibliotecas que tinham catálogos possuíam catálogos de autores, e 93% possuíam catálogos de títulos. Apenas 72% possuíam catálogos de assuntos; destes, 66% obedeciam o arranjo alfabético, 22% em seqüência classificada e 13% numa combinação dos dois arranjos. Enquanto que 53 bibliotecas declararam utilizar algum sistema de classificação, apenas 33 informaram possuir um catálogo de assuntos. Enquanto que 20 bibliotecas informaram que usavam a CDU, apenas 11 possuíam catálogo classificado. A imagem geral em relação a acesso por assunto ao acervo das bibliotecas está, portanto, longe de ser satisfatória.

3.10 – Outros guias de acesso às coleções

Apenas 29 das respostas recebidas foram claras em relação a este tópico. Essas respostas mostraram que listas de novas aquisições e bibliografias foram publicadas por 45% das respondentes; guias gerais da biblioteca, catálogos impressos e listas de periódicos somaram 10% e os outros gêneros de instrumentos bibliográficos de auxílio ao leitor chegaram a 17%.

Tornou-se claro que muito poucas bibliotecas fornecem uma variedade adequada de guias aos conteúdos dos seus acervos, o que ajudaria a promover a sua utilização e justificaria a existência da biblioteca. De qualquer modo, muitos acervos não estão organizados numa maneira que facilitaria um acesso fácil, especialmente por usuários em busca de informação sobre assuntos específicos. Estes defeitos talvez resultem, pelo menos em parte, da falta comum de material adequado para preparar esses instrumentos de auxílio aos usuários e da falta de pessoal treinado.

3.11 – Serviços

Todas as bibliotecas que responderam a este tópico, menos uma, propiciaram condições para leitura na biblioteca, mas apenas 62% forneciam serviço de empréstimo de livros e somente 74% destas mantinham um registro de usuários. Assim, nem todas podiam dizer quantos usuários tinham. Das que forneceram essa informação, 48% tinham mais de 1.000 usuários. Uma desse grupo, a Biblioteca Pública de Lisboa, registrava mais de 30.000 usuários nas suas várias filiais, mas nenhuma outra biblioteca registrou mais de 7.000 usuários.

Apenas 37% das bibliotecas respondentes forneciam serviços de referência, e apenas 35% forneciam serviços de busca ou de bibliografia. Informações sobre novas aquisições foram fornecidas por 44% das respondentes, e disseminação seletiva de informação por 10%. Dez por cento também forneciam outros tipos de serviços.

A impressão geral, em relação à provisão de serviços, parece estar longe do satisfatório, e isto se confirma pelas respostas a uma pergunta sobre a provisão de serviços para grupos especiais de usuários. Apenas 44% das bibliotecas que responderam à pergunta forneciam serviços especiais, quer para escolas, quer para professores. Serviços especiais para o comércio e a indústria eram fornecidos por apenas 8% das respondentes, e para agricultura e horticultura por apenas 6%.

A última pergunta em relação a serviços pediu que as respondentes indicassem se mantinham ou não dados sobre usuários (não apenas de empréstimo domiciliar), e solicitou-se o fornecimento de cópias para estudos futuros, além de cálculo do número da média de usuários por dia. Cerca de 27% das respondentes não mantinham dados estatísticos. Das respondentes que forneceram os dados com a média calculada de usuários por dia, 11% tinham menos de 10 usuários por dia, 87% tinha menos de 100, e até a Biblioteca Pública de Lisboa, em todas as 16 filiais, tinha pouco mais de 800 — cerca de 0,1% da população. Apenas 17 bi-

biotecas conseguiram fornecer cópias dos seus dados estatísticos, embora 49 bibliotecas indicassem que os mantinham.

4. CONCLUSÃO

É claro que, a nível de provisão de serviços, a maior parte das bibliotecas municipais fica longe do satisfatório, e não restam dúvidas de que esse baixo nível é a causa principal de um nível baixo de uso da biblioteca. O nível baixo da provisão de serviços, em si, provavelmente resulta em grande parte de recursos inadequados; e, para estabelecer até que ponto esta hipótese é verdadeira, seria necessário proceder a uma tabulação cruzada com os dados pertinentes a esses recursos. Contudo, uma causa importante dos baixos padrões da provisão de bibliotecas municipais em Portugal não pode ser quantificada facilmente, ou mesmo ser possível, da mesma forma os dados que foram analisados acima. É o caso das autoridades nacionais e municipais, dos administradores de bibliotecas e seus funcionários, e do público em geral em relação aos serviços das bibliotecas públicas. Embora o levantamento não inclua detalhadas pesquisas de campo sobre esta questão, há indícios de que o serviço das bibliotecas públicas seja pouco considerado. Reflete um baixo nível de expectativa quanto às possíveis ofertas de serviço da biblioteca pública que, por seu lado, derivam do desempenho deficitário das bibliotecas públicas existentes. O desempenho de bibliotecas públicas provavelmente não pode ser melhorado sem a provisão de recursos mais adequados, mas as autoridades — e o público em geral — provavelmente não se sentem motivadas em fornecer mais recursos enquanto o serviço das bibliotecas públicas estiver em tão baixa estima.

A situação parece, então, o clássico círculo vicioso, do qual só existe saída através de um esforço consciente e deliberado. Esse esforço poderia consistir na provisão de recursos e apoio extras para um número limitado de bibliotecas com bom potencial de desenvolvimento, para se tornarem projetos-piloto e demonstrarem o que um bom serviço de biblioteca pública pode oferecer. Considerando a generalizada falta de bibliotecas públicas em Portugal e o baixo nível de provisão de recursos nas bibliotecas existentes, seria utópico pensar, agora, em uma intervenção do governo central numa escala ampla, como seria preciso, para estabelecer um serviço nacional de biblioteca pública, que obedeceria a normas mínimas aceitáveis em todas as partes do país. Por outro lado, parece igualmente fora da realidade, considerando-se os recursos limitados da maior parte das autoridades locais, esperar delas a capacidade de desenvolver serviços adequados de biblioteca pública simplesmente com recursos próprios. Parece necessário, então, explorar métodos diferentes de colaboração entre o governo central e as autoridades locais para melhoria de bibliotecas públicas, e isto poderia ser uma característica importante do gênero de projeto-piloto mencionado acima, com projetos diferentes, financiados, administrados e assessorados de maneiras diferentes.

Antes de pensar em qualquer progresso efetivo na preparação de propostas de projetos, seria necessário identificar localidades apropriadas para tais projetos. Isto exigirá pesquisa de campo, que deve ser baseada numa análise adicional dos dados levantados por esta pesquisa e agora disponíveis em uma base de dados. A base de dados deveria ter acréscimo dos dados relativos às bibliotecas da Fundação Gulbenkian e às bibliotecas sob a coordenação do IPPC, de modo que uma imagem completa da situação das bibliotecas públicas, a nível dos concelhos, possa ser obtida.

Este relatório apresenta uma tentativa preliminar e forçosamente superficial de análise da situação como refletida nos dados colhidos e submetidos a um número limitado de processamentos. É de se esperar, contudo, que possa fornecer uma base útil para discussão posterior pela BAD e IPPC e para a preparação de pesquisas adicionais visando a criação de uma rede moderna de bibliotecas públicas em Portugal.

Comunicação recebida em 20.11.84

Abstract:

Public libraries in Portugal; results of a survey carried out during 1982 and 1983

Presents the results of a preliminary survey which aimed to identify the situation of public libraries, maintained by the municipal councils in continental Portugal.

Analyses questions referring to the extent of public library provision: organization and administration, library collections, manpower, accommodation and equipment, finance, technical operations, access, classification, catalogues and services.

Concludes that the level of service provision in most municipal libraries is far from satisfactory. Recommendations include the identification of a limited number of libraries, with good development potential, to become demonstration projects, which with the support of the central government and the local authorities, could provide the basis for the development of a modern network of public libraries for the country.

REFERÊNCIA

1. LIBRARY DEVELOPMENT CONSULTANTS. **National inventory and survey of information resources in Portugal: report of phase 1.** Bath, Library Development Consultants, 1980. Não publicado.